

## Discurso, memória e oralidade

Maria Onice Payer\*

---

### Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão teórica sobre memória oral, com base na Análise de Discurso (Linguística), considerando empiricamente uma pesquisa sobre memória da imigração de italianos no Brasil, na qual se observa, sobretudo, a memória da sua língua materna, que foi apagada na história brasileira. Discute-se a necessidade de ultrapassar aspectos empíricos nas discussões sobre memória oral, bem como a importância de um trabalho de *formulação* da memória histórica, por diferença à noção de “resgate” da memória. Partindo de uma síntese dos estudos discursivos da oralidade, propõe-se trabalhar esta dimensão do discurso com um estatuto forte, como prática histórica de linguagem.

*Palavras-chave:* Discurso; Memória; Oralidade; Imigração.

### Discourse, memory and orality

### Abstract

This study is a reflection about oral memory, which is developed from the theoretical aspects of Discourse Analysis. It uses the memory of Italian immigration language as the core of an empirical research that considers their mother language, in the way as they use it, which was forgotten in Brazilian history. It is suggested that this empirical work, as well as a formulation of the memory history, could be used in similar studies of oral memory to improve the notion of memory recovery. Moreover, it is intended to work this new dimension of the discourse under a strong statement, as a thought of orality as a historic practical discourse.

*Keywords:* Discourse; Memory; Orality; Immigration.

---

### Apresentação

Este texto reúne algumas reflexões desenvolvidas na área da Análise de Discurso sobre as relações entre memória e oralidade, as quais me parecem importantes para as pesquisas que se realizam a partir dos métodos que trabalham com textos orais, tanto nos estudos da linguagem como na História. Vou discutir dois aspectos que se apresentam com frequência, e com os quais é necessário lidar, quando se quer considerar a oralidade com um estatuto forte, como prática histórica de linguagem. Esta discussão permitirá trazer à tona a complexidade que envolve a relação entre a oralidade e a memória, quando se consideram estas noções no campo do discurso, isto é, como elementos da prática histórica de linguagem, tal como vimos procurando abordá-la em nossas pesquisas.

O primeiro destes aspectos diz respeito a uma tendência eminentemente empírica que se imprime, via de regra, ao tratamento da oralidade, ao se lidar com os *dados* obtidos na pesquisa de campo. Esses dados necessitam ser considerados como fatos discursivos, uma vez que *os discursos que se encontram na oralidade são, também eles, historicamente produzidos*. Ou seja, não é por acaso que certos discursos se encontram na oralidade, e não na memória escrita. Trabalhando teoricamente com o fato

de que a oralidade é historicamente produzida, entendemos a oralidade como *um lugar sócio-histórico de produção e de circulação de sentidos*, uma vez que os discursos que aí se produzem e circulam encontram-se envolvidos, como materialidade linguístico-discursiva oral, nos embates das práticas discursivas – entre elas, a da escritura – que se conflitam na sociedade.

O segundo aspecto a ser discutido diz respeito à noção de *resgate* da memória. Neste sentido, procura-se ressaltar algumas ilusões que acompanham a noção de *resgate*, e se propõe uma reflexão sobre a complexidade desta noção. Ao invés de pensar (ilusoriamente) em uma memória com um conteúdo que “já está lá”, pronto para ser resgatado, há que se considerar as condições de produção do retorno atual dos conteúdos dessa memória histórica na dinâmica social. Há certas condições em que o retorno da memória é possível, mas há também condições em que o esquecimento, necessário ou imposto, atinge o conteúdo da memória, obscurecendo-o ou transformando-o de um modo incontornável, e o que se poderá dizer dessa memória não coincidirá com um conteúdo que “já está lá”.

Da tensão entre o retorno e o esquecimento resulta um jogo entre o que considero dois níveis da memória discursiva: *o nível da memória constitutiva* (indizível) e *o nível*

\* Endereço para correspondência:  
E-mail: onicepayer@terra.com.br

da memória formulada (*representada, dita, narrada*) (Payer, 1999).

Os resultados a que uma reflexão como esta pode levar são deslocamentos teóricos necessários para as pesquisas com a memória oral, a partir da sua consideração como uma prática discursiva, isto é, como o discurso em funcionamento na oralidade. São importantes os trabalhos sobre a memória oral: por sua aproximação com certos saberes discursivos cotidianos dos sujeitos que não são imediatamente visíveis na história; pelo modo respeitoso como consideram os sujeitos observados na pesquisa; pelo registro histórico de sentidos silenciados (cf. Orlandi, 1992)<sup>1</sup> nos discursos predominantes. Mas convém que se ultrapasse a abordagem exclusivamente empírica da oralidade, se se quer levar a sério a oralidade na História, e para isso é necessário enfrentar desafios teóricos.

De minha parte, trabalhando na área da Análise de Discurso – cujos estudos teóricos sobre memória e oralidade serão sintetizados adiante –, as observações e sugestões que aqui apresento sobre o trabalho com a memória oral baseiam-se na pesquisa de doutorado que realizei, considerando as relações entre memória, escrita e oralidade. O espaço discursivo de observação empírica foi o da memória da imigração italiana no Brasil, onde focalizei principalmente o esquecimento e a memória da língua materna dos imigrantes, cujo silenciamento se deu de modo vigoroso no Estado Novo, mas teve início de modos mais brandos desde o início do processo de imigração à época do estabelecimento da República.

### A dimensão empírica da oralidade

Quando se trabalha com materiais de linguagem oral, a tendência inicialmente é considerar a oralidade simplesmente como um material de linguagem *empírica-mente* diferente do da escrita, e se a consideramos apenas na dimensão empírica, trabalhamos com os mesmos pressupostos teóricos com que se lidam com a linguagem dos documentos/textos escritos. Mas se estudamos a oralidade como uma prática discursiva, considerando as suas condições de produção, os seus sujeitos e a natureza discursiva da memória que nela se produz e circula, então podemos compreender a oralidade em uma dimensão que vai bem além da diferença empírica, *como lugar do outro* (De Certeau, 1975).

De fato, a percepção, pelo pesquisador, das questões da linguagem oral, pode iniciar-se empiricamente, com a transcrição dos registros – como insistentemente esta questão se apresenta nos debates sobre o método:<sup>2</sup> a linguagem oral começa a apresentar suas diferenças empíricas insuspeitas já na transcrição. O que então se apresenta ao olhar do pesquisador são questões como: o que incluir e o que deixar de lado, ao pontuar gramaticalmente o texto oral na sua transcrição? Registrar a forma

lingüística conforme o seu aparecimento “bruto” na forma oral ou modificá-la de um certo modo para que se torne legível na escrita? Registrar ou não os aspectos mínimos – que se desdobram ao infinito – como as oscilações fonéticas e as rupturas sintáticas? Estas questões insinuam que o pesquisador percebe que está diante de uma forma outra da linguagem, diversa da escrita, e que lhe aparece assim como um objeto estranho.

Contudo, seria interessante que o questionamento dos procedimentos e métodos de trabalho com o oral não saturassem o questionamento da oralidade; e que as questões empíricas ali notadas fossem apenas um começo, ou seja, que o estranhamento da oralidade fosse encaminhado de um modo forte para a discussão teórica sobre as condições de produção dessa linguagem. As questões empíricas surgidas no trato com o texto oral podem sim ser um indício inicial da observação de uma diferença: de que se trata, de fato, de uma “linguagem outra”, de uma alteridade às vezes incontornável com relação ao domínio do discurso escrito. Pois, como se compreende em Análise de Discurso, toda *linguagem outra* é indício de uma *formação discursiva outra*, isto é, de um *discurso outro*, que como tal supõe um *sujeito outro*, um *outro lugar de fala*, uma outra *posição discursiva*. São de fato outras posições de sujeito que se apresentam na oralidade, outros *pontos de partida das interpretações*; enfim, *outras racionalidades*.

Neste sentido, é importante pensar que a oralidade está em par não apenas com as questões empíricas que margeiam aquelas da produção textual mas com a escritura, com a história registrada, aquela que mereceu ser narrada por escrito.

Conseqüentemente, manter a consideração do oral apenas no domínio da diferença empírica da produção de linguagem conduziria a buscar no relato oral elementos que, recortados das suas condições históricas de produção – a oralidade histórica – se inscreveriam na mesma concepção de história que dá continuidade à narração da histórica escrita já iniciada em outro lugar, apenas acrescentando um apêndice, esclarecendo um elemento, somando um episódio para a mesma interpretação de sempre, para o mesmo lugar discursivo de sujeito predominante na narrativa da história. Em nossas pesquisas, foi possível compreender que os sentidos e as interpretações que se encontram na oralidade são susceptíveis de manifestar um outro *lugar de discurso*, no caso o do sujeito imigrante, sujeito que fala a partir de um lugar seu, inscrito em um outro lado da história oficialmente narrada. O trabalho com a oralidade pode levar, portanto, a encontrar-se de fato *a diferença* na pesquisa: um outro sujeito na/da história.

Ainda em relação aos procedimentos de trabalho com os textos, nas diversas áreas, é importante considerar a observação de R. Robin (1995) sobre uma diferença fundamental entre a Análise de Discurso e a Análise

Historiográfica. Nesta última, diz a autora,

*o discurso não constitui um objeto. Os textos de arquivo são fontes que permitem, por uma adequação, o conhecimento do referente, das estruturas sociais. Não há aí teoria do texto, da leitura. Sua decifração repousa sobre o postulado de evidência, da transparência do sentido. O sentido já está lá.* (Robin, 1995)

Esta observação diz respeito à análise do documento de um modo geral. Quando se trata do texto oral, o trabalho de análise discursiva da linguagem adquire ainda a necessidade de outras atenções, que vêm sendo elaboradas nas pesquisas da área, como as que passamos a considerar.

### Abordagens da oralidade nos estudos da linguagem

A oralidade constitui-se em objeto de investigação nos estudos da linguagem a partir de diversas orientações teóricas. Em um artigo de 1986, “Effets de langue orale”, F. Gadet e F. Mazière sintetizam essas orientações, observando que elas se estendem, de modo geral, desde as orientações *sócio-históricas* – que encontram o seu vigor na especificidade do discurso ordinário (por diferença aos enunciados de porta-vozes legítimos e institucionalmente relevantes) – e as orientações *socio-políticas* – que se colocam contrárias à supremacia da escrita, valorizando sobremaneira a oralidade –; passando também pelas orientações *psicológicas* – que postulam a espontaneidade e a veracidade do oral, opostas à artificialidade da linguagem escrita – até as orientações de cunho *sociolinguístico*, que correlacionam as variedades orais com os elementos da situação social (o contexto de fala). Há ainda uma orientação estritamente *lingüística*, que, no entender das autoras, faz do oral às vezes apenas um *complemento* da escrita e outras vezes um sistema lingüístico que espera *descrição*, “na falta desta disciplina ter-se colocado questões melhores a esse respeito”, criticam as autoras (p. 57).

Por seu lado, Gadet e Mazière visam, com este seu texto, colocar o oral como objeto da análise de discurso, considerando que “a forma pela qual o oral ‘faz discurso’ não é a mesma do escrito” (1986, p. 5). Elas preocupam-se então com o risco teórico de, ao tratar como diferentes o oral e o escrito, acabarem por dividir *a unidade do sistema da língua*. Assim, considerando que o oral e o escrito apresentam *o mesmo sistema*, as autoras se limitam a questionar o embaraço que surge, contudo, do fato de que algumas categorias gramaticais bem assentadas para o domínio escrito podem não ser identificadas como tais no domínio oral.<sup>3</sup>

Note-se que, ao se encaminharem para esta conclusão, as autoras não pressupõem, portanto, que o oral seja de uma natureza discursiva radicalmente diferente daquela da escrita.

São pertinentes para a Lingüística as questões que F. Gadet e F. Mazière apresentam para o estudo da *língua oral*, quando pensadas relativamente à questão do sistema da língua. Contudo, justamente por este interesse primordial, o encaminhamento de suas análises produz uma circunscrição do tema que limita, ao meu ver, a discussão sobre a oralidade à consideração do sistema lingüístico e às demarcações formais da diferença entre oral e escrito.

As autoras acabam deixando à margem, assim, questões discursivas consideradas importantes na análise de discurso tal como praticada no Brasil, segundo a orientação impressa à área particularmente a partir dos trabalhos de E. Orlandi. Nesta perspectiva, faltaria à abordagem de Mazière e Gadet considerar, para além da noção de sistema, *a natureza histórica da linguagem* e as implicações da *relação* entre oralidade e escrita para as questões de ensino e de política lingüística, entre outras. Voltaremos adiante a esta questão.

Indicáramos nesse momento o percurso de análise diferente realizado por R. Barthes e E. Marty, em “Oral/Escreto” (1987), que alertam para que não se estabeleça uma determinação mecanicista entre os dois *meios de expressão*, oral e escrito. Estes autores entendem a relação entre os dois meios como uma “relação não-necessária”, assinalando que a escrita não nasce do fato auditivo, que ela não é apenas *transcrição* do falado, e sim, tem sua origem em um *reconhecimento visual da marca*.

Pode-se notar que as observações destes autores incidem sobre o oral e o escrito enquanto “*meios e atividades* que se avaliam relativamente às regras da *língua* e às variações que ela comporta e admite” (na expressão de seu editor). Também neste estudo se ressentia da falta de uma ampliação da preocupação com a oralidade, muito embora sejam pertinentes duas observações dos autores, que ao meu ver realçam a necessidade desta ampliação. Uma é a observação de que o oral e o escrito constituem dois tipos distintos de *expressão discursiva*, que são submetidos a *lógicas próprias* e relacionados, entre outras coisas, com a *memória*. A outra é que o oral, no sentido amplo do que se chama de literatura oral, veicula principalmente *valores e crenças próprias das tradições*, que podem ser consideradas na relação com a cultura em geral e com o saber específico que tal literatura elabora.

#### *A oralidade como prática discursiva*

No Brasil, como dizíamos, a preocupação com a oralidade nos estudos discursivos da linguagem em nossas condições históricas específicas toma a carga, de um modo forte, a consideração dos valores e das crenças

das tradições culturais, levando a considerações mais abrangentes sobre a relação da oralidade com a escrita, com a História e com a memória. As reflexões baseadas na (re)leitura dos trabalhos de Michel Pêcheux – filósofo considerado o iniciador da Análise de Discurso na França dos anos 60 – adquirem especificidades em relação aos tratamentos da oralidade que acabamos de expor. Nestas reflexões, considera-se que as condições de produção “exteriores” à língua interferem no modo pelo qual “o oral faz discurso”.

Esta consideração se dá na medida em que se compreende que: a) esse “exterior” se inscreve, pelo imaginário do sujeito que produz linguagem, no “interior” da significação (cf. Pêcheux, 1988, 1990a, 1990b); e b) a oralidade é considerada em um estatuto particular nos processos discursivos que participam da constituição histórica da sociedade brasileira, dada a especificidade desta história como a de um país colonizado, conforme os trabalhos de E. Orlandi (1990, 2001, entre outros). A autora observa que a população que participou desse processo, com sua linguagem oral não-legitimada, teve de relacionar-se com o discurso e com a língua do colonizador ao se relacionar com a escrita e com a escola. Neste sentido, Orlandi tem ressaltado o fato de que a relação de uma sociedade com a língua é sempre uma relação historicizada, e não natural.

Nessa perspectiva de trabalho, S. Gallo (1992), delineando a história da *legitimação* da escrita, desde a escrita sagrada, e da conseqüente forma marginal que a oralidade adquire em função do processo de legitimação, compreende a oralidade e a escrita como *dois discursos distintos*. Com esta distinção, S. Gallo tematiza as possibilidades de apreensão do “discurso escrito” pelo aluno, e analisa certos percursos que podem (ou não) levar à constituição do aluno em autor. Este trabalho traz contribuições importantes para a reflexão sobre o funcionamento do discurso oral na instituição escolar.

Também M. A. Mattos (1991), tomando elementos do discurso oral como tema de reflexão, focaliza o *diálogo*, enquanto atividade “linguajeira” (*langagière*), como um elemento que constitui o *cotidiano*. A autora atribui à *conversa* o estatuto de uma prática social, inclusive no interior de grupos sociais que em seu cotidiano lidam fundamentalmente com a escrita, como é o caso da universidade.

Já T. C. Souza (1994), estudando a língua dos índios Bakairi, observa particularidades do oral em sua relação com a estrutura interna da língua, apontando a importância de se considerar a oralidade como fator que atua na constituição dessa língua indígena, em função da historicidade (que é oral) da própria língua. Ela descarta assim a escrita como elemento ao qual seria necessário remeter as marcas da oralidade – como é freqüente nos estudos de línguas de oralidade.

S. Auroux (1992) configura um lugar de investigação que também torna possível neutralizar a relação mecânica entre escrita e oralidade de que falavam Barthes e Marty (1987). Segundo Auroux,

*não há nenhuma razão para que saberes situados diferentemente no espaço-tempo sejam organizados do mesmo modo, selecionem os mesmos fenômenos ou os mesmos traços dos fenômenos [...] assim como línguas diferentes, inseridas em práticas sociais diferentes, não são os mesmos fenômenos.* (1992, p. 14)

O autor observa ainda que a língua é regulada por *instrumentos lingüísticos*, tais como as gramáticas e os dicionários, que participam do aparelhamento social das línguas nas sociedades humanas. A instrumentalização de uma língua e não de outra, através de produções culturais como estes instrumentos, em dada sociedade, observa o autor, interfere na *relação dessa sociedade com a língua*. Também os diferentes processos dessa instrumentalização produzem resultados específicos na relação das sociedades com as línguas. Isto conseqüentemente interfere, pode-se concluir, na relação com a linguagem e com o discurso oral e escrito.

Encontramos algumas observações específicas de M. Pêcheux – além do conjunto de sua obra como plano de fundo – fecundas para o estudo da oralidade. Em seu artigo “Ler o arquivo hoje” (1994), ele aborda a divisão social do trabalho de leitura, mostrando como se coloca, de um lado, a autorização para a interpretação aos profissionais da leitura (das Letras, da História, da Filosofia) e, de outro lado (o da técnica), o apagamento da leitura nos empreendimentos chamados científicos (matemáticos, lógicos). Cada uma destas partes realiza a seu modo (ainda que complementar ao outro), “gestos de leitura”, diz o autor, que *produzem seus efeitos na escritura e, conseqüentemente, na relação da sociedade com sua própria memória histórica*.

O que Pêcheux aponta como “gesto de leitura” pode e deve ser considerado, ao meu entender, nos trabalhos com a oralidade, sobretudo com relação aos modos de *interferência* entre as forças da oralidade e as forças da escrita enquanto efeitos pragmáticos, em sua ligação com a memória histórica dos diferentes grupos sociais. Na oralidade, produzem-se “gestos de leitura” diferentes daqueles da prática discursiva escrita.

O que Auroux chama de “regulamentação da relação dos sujeitos com a língua” produz, entre nós no Brasil, certos recobrimentos na (re)produção de uma divisão bastante marcada no imaginário sobre a linguagem dos meios urbano e rural, enquanto lugares onde a escola e a mídia estiveram menos ou mais presentes, interferindo na relação do sujeito com a linguagem, a escrita e a

oralidade; portanto, na interpretação. Esta divisão rural/urbano chega quase mesmo a recobrir a divisão entre o oral e o escrito, ficando imaginariamente a oralidade do lado do homem do campo e a escrita do lado da sociedade urbanizada.

Ao nosso ver, divisões como esta, entre outros equívocos, levam não raras vezes a uma consideração da oralidade como *uma produção de linguagem “natural e espontânea”*, como se todo o material discursivo que se encontra na oralidade fosse gerado pela própria “natureza” humana, ou seja, como se o discurso na oralidade fosse independente da história, ou como se as forças da determinação histórica não atingissem o domínio da oralidade.

Um dos aspectos que investiguei em minha pesquisa, e que torna bem clara a presença desta ligação equívoca entre oralidade e naturalidade/espontaneidade, no campo da imigração, é o fato de que há uma memória da língua (italiano) dos imigrantes, que foi historicamente apagada mas que *retorna* na prática de linguagem, em inúmeros vestígios dessa língua “apagada”. Esta investigação apresenta bases significativas para se propor compreender a oralidade como *um lugar sócio-histórico particular de produção do discurso, que acolhe e possibilita que circulem memórias discursivas que não puderam se inscrever socialmente na ordem da escrita*. Considerando a memória da imigração, a oralidade torna-se bem visível como um lugar sócio-histórico de produção de sentidos, portanto como uma prática social de linguagem específica, distinta da prática da escrita. Acrescente-se que, como não são isolados em suposta autonomia, os saberes que se produzem na oralidade têm de se relacionar com a escrita, e a relação entre essas duas ordens dá as conformações particulares de cada uma.

Nesta direção, compreendemos que também *a oralidade é historicamente produzida*. O que está no domínio da oralidade não está aí por acaso, mas por um processo histórico que mantém nesta ordem certos saberes que continuam sendo considerados em seu lugar de “saber oral”, desautorizados na ordem da institucionalização (escrita) dos saberes. Desautorização esta que é também histórica.

Um fato estudado na pesquisa, pelo qual se observa bem a desautorização histórica, é o da nacionalização dos imigrantes, no Brasil, e mais especificamente sua realização jurídica pontual pela *campanha de nacionalização dos imigrantes estrangeiros*, realizada pelo Estado nas décadas de 1930 e 40. Por essa campanha foi interdita a prática das línguas dos imigrantes estrangeiros, o que os levou a professar/proferir a língua (portuguesa) e os princípios da nacionalidade (da discursividade) brasileira, transformando-se, de imigrantes estrangeiros, em sujeitos nacionais (brasileiros).

As línguas, os dialetos, seus traços, suas memórias, continuaram a se reproduzir, de um modo próprio, no

domínio da oralidade, enquanto a língua nacional (português) e a narrativa oficial da nação brasileira se reproduziram – em português – no domínio da escola, da escrita, tanto para brasileiros quanto para estrangeiros. Reprodução e ênfase em uns e apagamento de sentidos em outros levaram à estruturação imaginária tal como se encontra hoje, no interdiscurso da sociedade brasileira.

Sobre o modo como o empreendimento da historiografia atua na estruturação da sociedade, são esclarecedoras as observações de M. de Certeau (1975), quando fala sobre a história enquanto *instituição* do passado para uma sociedade, e sobre a relação da História com a oralidade, mais especificamente com a oralidade construída como *lugar do outro*. O empreendimento da História seria assim, a seu ver, o de debruçar-se sobre este outro para *encontrar-lhe um lugar*, por meio da construção de um *monumento escritural* pelo qual “os fantasmas [do outro] retornassem menos tristes a seus túmulos”. Gerar história, diz o autor, é “gerar um passado, circunscrevê-lo, organizar o material heterogêneo dos fatos para construir no presente uma razão” (De Certeau, p. 9). Mas esse empreendimento teria ainda, segundo o autor, uma outra função: a de proporcionar às sociedades humanas *que se tornem outras em relação a si mesmas*. Trata-se, portanto, da narrativa da História, sim, mas também do próprio *processo* pelo qual se engendram as mudanças na História.

Eis aqui, novamente, um modo forte de considerar a relação entre oralidade e memória, no qual acreditamos: reaproximar razões da ordem da oralidade e da escrita, tanto quanto possível, por um trabalho de memória: *um trabalho refinado de elaboração e processamento históricos dos sentidos reais que participam da história, no sujeito – embora não estejam escritos –, possibilitando dizer algo que ainda não foi dito*.

### Sobre a memória discursiva e o esquecimento

Um outro aspecto a ser considerado quando se trabalha com memória oral diz respeito à própria noção de memória, quando considerada em sua dimensão de linguagem, de discurso, em que ela adquire especificações. O tema da memória discursiva, extenso e fecundo na área da Análise de Discurso, que mereceu uma revisão bibliográfica e uma certa interpretação na nossa tese de doutorado, será aqui indicado apenas nos aspectos necessários para encaminhar as questões apresentadas mais acima.

Uma primeira observação nessa direção diz respeito à relação entre a memória social e a interpretação, expressa na questão da *construção* narrativa da “versão” histórica. Ou seja, a memória social não é natural, mas construída. Neste sentido, B. Mariani (1998) observa que uma memória social que se narra resulta de um processo histórico de

*disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos, sendo que, como resultado do processo, ocorre a predominância de uma de tais interpretações e um (às vezes aparente) esquecimento das demais. Naturaliza-se, assim, um sentido “comum” à sociedade, ou, em outras palavras, mantém-se imaginariamente o fio de uma lógica narrativa.* (Mariani, 1998, p. 34)

A autora lembra que na memória social encontra-se

*a garantia de um efeito imaginário de continuidade entre as épocas, ou, em outras palavras, a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/projeção dos sentidos “hegemônicos”.*

Mas a impressão de linearidade que ali se produz, diz a autora,

*embora projete imaginariamente uma “realidade” em que as relações de poder contraditórias e censuras aparecem domesticadas, é constituída por lacunas – as interpretações silenciadas – e por deslocamentos inerentes ao próprio ato da repetição.* (Mariani, 1998, p. 34)

A partir deste modo de compreender o processo de produção da narração da memória histórica, notamos, por nosso lado, que a oralidade tem uma função significativa tanto na estruturação quanto na narração histórica: oralidade, escrita e memória histórica se entrecruzam em seu funcionamento, embora a escrita da História arranje esse cruzamento na produção de uma narrativa histórica única, que é aquela que vai predominar no imaginário social – sobretudo quando se trata da história de uma nação.

Para pensar nessa estruturação, gostaria de introduzir aqui uma questão: na produção das narrativas, há elementos que *não podem ser ditos*, em função de certas razões que seguem à própria lógica interna da constituição do discurso, como se verá adiante.

### **Memória constitutiva e memória representada: duas instâncias de produção da narrativa histórica para e pelo sujeito**

Ao expor o que entende como *discurso*, Pêcheux (1988, 1990b) discerne entre dois domínios: o *domínio constitutivo* do discurso e o domínio da sua *formulação*. O domínio *constitutivo* do discurso, segundo o autor, é aquele das regiões *pré-lingüísticas* ou *não* dos sentidos, em que atuam as *formações ideológicas* que determinam as *formações discursivas*, ou seja, que determinam “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma dada conjuntura” (cf. Pêcheux, 1990b, p. 164). Já o domínio

da *formulação* do discurso, conforme o autor, é da ordem dos elementos *ditos, enunciados*. Estes elementos são tanto os mecanismos sintáticos enquanto os “modos de organização (próprios a uma determinada língua) dos traços das referências enunciativas”, quanto os *processos de enunciação*, entendidos como “uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o ‘dito’ e em conseqüência rejeitar o ‘não-dito’”. O autor diz ainda que “a enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é ‘selecionado’ e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o ‘universo do discurso’), e o que é rejeitado”. E que deste modo

*se acha, pois, desenhado num espaço escuro o campo de “tudo o que teria sido possível ao sujeito dizer (mas que não diz)”, ou o campo de “tudo a que se opõe o que o sujeito disse”.* (cf. Pêcheux, 1990b, p. 176)

A partir desta distinção do autor, observando em nossa pesquisa o funcionamento das nuances da narrativa da memória da imigração, passaram a nos chamar a atenção algumas especificações do que se estava entendendo de um modo mais geral como “memória discursiva”. Essas especificações se apresentam na medida em que observamos que certos aspectos da memória histórica da imigração, mesmo sendo *constitutivos* dos sujeitos, não são por eles *representados* como tais, como parte de sua memória, isto é, não lhes são visíveis. Esse funcionamento nos indica que há nos sujeitos o aspecto da *representação da memória histórica*, formado por aquilo que pode ser lembrado e dito, do outro lado da sua *constituição*, aquele que não é lembrado e nem dizível, embora engendre o sujeito.

Aos aspectos *constitutivos* da memória histórica se tem acesso, por exemplo, pelo estudo histórico, pelo saber sobre (saber de outro): aspectos constitutivos dos sujeitos que passaram pela história da imigração/nacionalização nem sempre são *representados* pelo sujeito estudado, embora apareçam claramente aos olhos do pesquisador, através dos elementos estruturais que embasam os sentidos/discursos que lhes são evidentes (sua “cultura”) ou os traços lingüísticos de uma língua outra – o italiano – presentes no português que praticam. Por exemplo: o sujeito falante nega que saiba o italiano ou que sua língua tenha influência da língua italiana, quando de fato os elementos do italiano são facilmente identificáveis em seu dizer.

Já a instância da *representação* da memória pode ser ilustrada por aqueles fragmentos lingüístico-discursivos que são *reconhecidos* pelos sujeitos como parte da sua memória histórica como imigrantes, tal como ocorre na *formulação* de narrativas e de saberes, na *enunciação* de provérbios em dialeto, em certa associação

imediatos dos traços lexicais e fonológicos à figura do imigrante italiano. Nota-se então que é bastante complexa a relação entre os aspectos *constitutivos* e os aspectos *representados* da memória, apesar de que eles não se confundem.

E como a relação entre oralidade e escrita intervém nessa complexidade? É que aquilo que é da ordem da racionalidade escrita (a nacionalidade, a escola, a memória ali difundida) atinge também, inevitavelmente, pelo real, o sujeito que tem na tradição oral sua base maior de linguagem. O que ficou na ordem da oralidade, apagado do saber oficial – como é o caso das formas da sua linguagem, em que traços de italiano aparecem no português –, continua a ser reproduzido entre as gerações, seja no modo socialmente pragmático de condução da vida, seja nas formas sociais mais rituais.

O que queremos ressaltar é que a *memória histórico-discursiva* não se esgota, portanto, na *memória representada* (“formulada”, narrada, dita). Quando se observa a língua como a base material dos processos históricos, nota-se que não é tudo de uma dada memória histórica que pode ser representado, verbalizado. Há algo da história que não é representado pelo sujeito que fala dessa história.

A partir do que se disse sobre o funcionamento da memória em relação à oralidade, pode-se encaminhar uma conclusão sobre a questão que vem se colocar ao trabalho com o registro e interpretação da expressão da memória oral para empreendimentos de construção das narrativas históricas, expressão que não é, como temos visto, apenas empiricamente diversa, mas também discursiva e historicamente diversa. Não há na “expressão” oral a transparência que se quer dela. O dito (oral) entretém relações intrínsecas com o não-dito e com o não-dizível, que são da ordem da instância *constitutiva* da memória histórica.

Nessa região entre o *formulável* em narrativa e o material histórico *irrepresentável* porque constitui o sujeito, há toda uma gama de esquecimentos, de interdições, de silêncios, que o *produto* dos enunciados orais não retoma, não recupera nem resgata, embora possa trazer vestígios deles. Essas “camadas arqueológicas” de lembranças e esquecimentos fazem parte não só do funcionamento do discurso oral, mas também do funcionamento da própria memória histórica no sujeito e na sociedade, assim como do funcionamento do discurso na história.

Caberá, portanto, ao trabalho sobre a memória oral, tentar encontrar os vestígios dessas tensões, das sobreposições, do jogo de força entre os sentidos (im)possíveis de serem ditos.

### **Conclusões: formular discursivamente o passado pela memória oral**

R. Robin (1995) apresenta criticamente uma

série de direções (e os seus riscos) que o trabalho com a memória dos grupos em geral pode tomar. Entre elas, a autora critica o “passadismo mistificador” da tradição, operacionalizado no que ela chama de “nostalgias fantasmáticas”, que, ao nosso ver, é preciso não confundir no entanto com “manque”, com falta, com falha histórica, com equívoco histórico.

A outra crítica trazida pela autora, com a qual estamos de acordo, diz respeito à estereotipificação da memória: há aí uma *transformação* que faz com que certos sentidos antes genuinamente vividos por um povo sejam retomados como “elemento cultural”, que expõe aspectos desse mesmo povo – como a ostentação de uma heterogeneidade, de uma alteridade temporal, eu diria. Considere-se aqui a produção teatralizada da memória, exposta como folclore. No caso dos imigrantes, as chamadas festas típicas, por exemplo, limitam-se, no meu modo de entender, a materializar certos aspectos visíveis bastante superficiais da memória e dos sujeitos, aspectos que permanecem assim distantes dos sentidos mais genuínos que constituem a formação discursiva de um grupo em sua vida cotidiana.

Concordo com Robin ainda quanto ao questionamento que a autora faz da reapropriação crítica da tradição pelas vias da esquerda. Essa reapropriação pode ser avaliada como um modo pelo qual *alguém diz ao povo* do que é que ele deve se lembrar a respeito de si mesmo. A autora observa que repetir as lembranças de um passado próximo, nesse sentido, pode ser uma forma de ofuscar o presente, e isto serve tanto a resistentes como a militantes. Ao lado destas, uma outra função das lembranças de um passado próximo pode ser ainda a de fuga de um presente conflituoso, como se dá na produção intensa de falas de retrospectão (saudade, reminiscência) por parte de sujeitos imigrantes no Brasil (cf. Payer, 1996).

Reorganizar o passado em função das necessidades presentes é uma postura interessante das sociedades modernas, e aparece como uma forma considerável de se trabalhar a memória. Este aspecto não aparece claro, contudo, nas apreciações críticas de Robin, que encaminha seu dizer pelas vias de uma mescla entre a história e a ficção literária, vias estas que me parecem bastante sinuosas. O fato de intervir em sua reflexão insistentemente a noção de “memória subterrânea” obscurece o modo como a autora considera as possibilidades de reorganização do passado.

As considerações de Robin podem e devem, ao meu ver, ser tomadas como alertas importantes, sem contudo diluir o valor do trabalho com a memória, porque ele pode ser conduzido, com os grupos sociais, como um trabalho específico de *formulação discursiva* do passado, formulação que não se dá sem conseqüências

para a reorganização de sentidos presentes. A noção de *formulação* tal como estamos entendendo, vinda de seu estatuto teórico de contraparte do nível *constitutivo* do discurso, como se disse acima, adquire outros sentidos na observação dos fatos do funcionamento da memória na (re)elaboração do passado. Não gostaria de tornar esquemáticos os outros sentidos da *formulação*, mas vale discernir algumas dessas especificações, por sua pertinência para o trabalho com a memória oral.

Tenho refletido sobre a *formulação* da memória discursiva sobretudo como uma contraparte dos processos históricos de *silenciamento/apagamento*, dos quais nos fala Orlandi (1992). Neste sentido, tenho notado uma importância particular na *formulação* dos aspectos que foram *apagados/esquecidos*, e que são entretanto constitutivos da memória histórico-discursiva.

Essa importância reside não só no direito à expressão dos povos, mas ainda no fato de que a *formulação*, por desdobramentos próprios do ato de dizer, *pode provocar uma mexida no estatuto daquilo que é constitutivo e daquilo que é representado no discurso, na própria cisão entre estes dois domínios da memória*. A *formulação* de certas interpretações históricas possíveis e apagadas (na ordem da escrita e do dizer autorizado) permite que a sociedade/o sujeito *saia de sob a determinação da interpretação que lhe produz as evidências históricas*, ou seja (parafraçando M. de Certeau (1975)), permite que a sociedade/o sujeito *torne-se outro em relação a si mesmo*.

Nesta direção, aquilo que não é formulável pelo sujeito/sociedade em um momento histórico dado, pode bem ser em outro. Dizer o não-dito pode dar espaço a certas interpretações e/ou memórias históricas que estavam silenciadas.

Certamente, pelo próprio funcionamento do discurso, não é todo o “não-dito” que pode vir a ser dito: na medida em que sentidos não-ditos adquirem um estatuto de linguagem, haverá sempre algo mais atuando como constitutivo (não-formulável) para o sujeito. Estamos dizendo que, pelo trabalho de *formulação* do passado, o sujeito pode ter acesso a sentidos que o constituem e que estavam abafados a partir de uma história de silenciamentos.

Tal *processo de formulação* supõe, insistimos, um *trabalho simbólico* com a memória discursiva: uma colocação em relação de formulações e silêncios, de diferentes memórias discursivas em tensão, de saberes que já estavam em uma tradição e aqueles outros que chegam, vindo desestabilizar a fixidez dos discursos instituídos.

Neste sentido, é importante que o sujeito/a sociedade possa *formular discursivamente*, isto é, reconhecer a(s) memória(s) que os *constituem historicamente*, e que possa relacioná-la, compará-la a outras interpretações e versões, reorganizando, esquecendo ou atualizando saberes.

Sobre a relação entre sujeito e produção da

memória, M. Pollak (1992) chama a atenção para um aspecto interessante: há algumas situações em que a memória social é intensivamente acionada, como nas situações de catástrofe. E apresenta, por outro lado, situações em que a memória social é impossível de ser processada, como no caso de sujeitos remanescentes de campos de concentração, em que a memória histórica socialmente produzida não comporta elementos suficientes para esse processamento. Formular, neste caso, seria diminuir.

Assim, ao considerar a importância da *formulação* das memórias que não puderam se processar na história, está-se falando sobre a possibilidade de um trabalho cuidadoso de *produção discursiva da memória e do passado*. Isso é bem diferente da idéia mais simples de “resgate da memória”, que suporia uma memória discursiva que já está lá, significada e pronta para ser dita.

*Formular*, nessa perspectiva, significa dar estatuto de linguagem (de real, portanto) a sentidos que, apagados, não foram ou não são possíveis ao sujeito no conjunto do dizível. *Formular* significa então poder *acolher* sentidos apagados que, embora sem lugar, não deixam de funcionar no sujeito de um modo constitutivo; significa trazê-los à tona, dar-lhes um destino.

Essa proposta teórica de trabalho com a memória parte da compreensão de memória, conforme M. Pêcheux (1985, p. 263), como “aquilo que vem restabelecer os implícitos de que a leitura necessita, como condição do legível em relação com o legível mesmo”. A importância que vejo em *formular*, em elaborar memórias históricas silenciadas, carrega uma forte confiança nesta compreensão.

São diversos os sujeitos brasileiros que merecem em sua história certos “restabelecimentos de implícitos”, certos esclarecimentos, a fim de que se criem condições sociais e históricas não somente de leitura, mas sobretudo de *legibilidade* dos sentidos: a legibilidade se cria quando a leitura pode ser feita desde um lugar de memória reconhecível pelo sujeito.

Pêcheux diz ainda, quanto à memória, que não se trata de uma “esfera plena”, de um suposto conteúdo homogêneo, mas sim de um “espaço móvel, de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos” (Pêcheux, 1985, p. 267). Acredito que esta definição expresse bem a condição heterogênea das memórias coletivas no Brasil. Encontrar, no território das instituições, as fendas que alojem dizeres potenciais, ou simplesmente dar lugar a dizeres comuns que merecem ser reconhecidos, constitui um desafio para quem acredita no trabalho de elaboração discursiva da memória.

Tal elaboração pode ser considerada de modos diferentes e produtivos em diversas áreas das ciências humanas. Mas em qualquer área que ela se dê, é importante que o sujeito com quem o agente cultural se

relaciona esteja *implicado* nessa elaboração, pois ela serve, antes de tudo – como na escrita da história – ao *sujeito* que a elabora.

A importância de trabalhar a(s) memória(s) discursiva(s) com que se identificam os grupos sociais, em nosso meio, reside então não no sentido mais comum que remete ao resgate, à recuperação e conservação do passado, mas na possibilidade de se compreender como se dão os deslocamentos de sentidos, as mudanças, as relações com as diferenças, para que se possa socialmente, institucionalmente, operacionalizá-los onde e quando convém.

Nessa elaboração, considerar a oralidade em um sentido forte contribui não só para a reorganização do passado, mas, na sua contraparte, para a produção de mexidas históricas que tornem possível ultrapassar os limites do presente.

### Notas

<sup>1</sup> Sobre a noção de *silenciamento e de apagamento de sentidos*, ver o trabalho de E. Orlandi ganhador do prêmio Jabuti em Ciências Humanas: *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.

<sup>2</sup> Retomo aqui questões da interlocução que tive sobre a memória oral, durante a elaboração de minha tese de doutorado, com colegas pesquisadores que trabalham com História Oral em diversas oportunidades: no Colóquio P. Zumthor, na mesa-redonda *Oralidades em espaço-tempo* (PUC/SP, 1996) e no simpósio internacional *Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*, em sessão de trabalho sobre História Oral (USP, 1999); e também em dois seminários que realizei: na disciplina “História oral e memória”, do Departamento de História da PUC/SP (1999) e no Centro de Memória da Unicamp (1997). Dirijo-me também aos colegas que atuam nos movimentos sociais debatendo-se sobre a consideração da memória cultural dos grupos.

<sup>3</sup> Trata-se das estruturas coordenativa e apositiva, conforme o trabalho de C. Blanche Benveniste: “La dénomination dans le français parlé: une interprétation pour les répétitions’ et les ‘hésitations’”. *Recherches sur le français parlé*, Aix-en-Provence, GARS, n. 6, 1985.

### Referências

ACHARD, P. Mémoire et production discursive du sens. In: ACHARD, P.; GRESNAIS, M.-P.; JAULIN, D. (Ed.). *Histoire et linguistique*. Paris: CNRS, 1985. p. 235-241.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

AUROUX, S.; ORLANDI, E. P.; MAZIÈRE, F. (Org.). *L’hyperlangue brésilienne*. *Langages*, Paris: Larousse, n. 130, 1998.

BARTHES, R.; MARTY, E. Oral/Escreto. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 11, p. 32-57.

DE CERTEAU, M. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. (1975).

GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

GADET, F.; MAZIÈRE, F. Effets de langue orale. *Langages*, Paris: Larousse, n. 81, p. 57-73, 1986.

GALLO, S. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os caminhos no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1998.

MATTOS, M. A. B. *Memória e dispersão no cotidiano*. 1991. Tese (Doutorado) – IEL, Unicamp, Campinas, 1991.

ORLANDI, E. P. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. *História das idéias lingüísticas*. Construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes, 2001.

PAYER, M. O. Retrospecção e estereotipia. Imagens urbanas sobre o campo. *Rua*, n. 2, mar. 1996.

\_\_\_\_\_. *Memória da língua*. Imigração e nacionalidade. 186 p. 1999. Tese (Doutorado) – IEL, Unicamp, Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. Interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil. Condições, modos, conseqüências. In: ORLANDI, E. (Org.). *História das idéias lingüísticas*. Construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres (MT): Unemat, 2001. p. 235-255.

\_\_\_\_\_. Memória da língua e ensino. Modos de aparecimento de uma língua apagada no trabalho do esquecimento. *Organon*: revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 17, n. 35, 2003.

\_\_\_\_\_. Memória da língua. Sobre o lugar do imigrante entre a língua materna e a língua nacional brasileira. *Versão Beta*: revista do Depto. de Letras da Universidade Federal de São Carlos, ano II, n. 29, 2004.

- PAYER, M. O.; DIAS, L. F. Langue et nationalité au Brésil. Années 1930 et 1940. *Langages*, Paris: Larousse, n. 130, 1998.
- PÊCHEUX, M. Rôle de la mémoire. In: ACHARD, P.; GRESNAIS, M.-P.; JAULIN, D. (Ed.). *Histoire et Linguistique*. Paris: CNRS, 1985. p. 261-267.
- \_\_\_\_\_. *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- \_\_\_\_\_. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990a.
- \_\_\_\_\_. Análise automática do discurso. Atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990b.
- \_\_\_\_\_. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura*. Da história no discurso. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, v. 5, n. 10, 1992.
- ROBIN, R. Le cheval blanc de Lénine ou L'histoire autre. In: *Le naufrage du siècle*. Paris: Berg International; Montreal: XYZ, 1995.
- SOUZA, T. C. de. *Discurso e oralidade*: um estudo em língua indígena. 1994. Tese (Doutorado) – IEL, Unicamp, Campinas, 1994.

Sobre a autora:

**Maria Onice Payer** é doutora em Lingüística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, professora do Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Univas (Universidade do Vale do Sapucaí) e pesquisadora colaboradora do Labeurb (Laboratório de Estudos Urbanos) da Unicamp.